SOBRE A PSICOLOGIA SOCIAL NO BRASIL, ENTRE MEMÓRIAS HISTÓRICAS E PESSOAIS

Celso Pereira de Sá

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO: Este artigo envolve uma recuperação de fatos e textos diversos, assim como de experiências vividas, que alimentaram o funcionamento de memórias históricas e a construção de memórias pessoais ao longo dos quarenta anos da trajetória acadêmica do autor como estudante e como professor de psicologia social no Rio de Janeiro. Procura-se, através dos relatos de tais memórias, caracterizar diferentes fases e orientações no desenvolvimento da psicologia social no Brasil, especialmente em suas relações com a psicologia e com as ciências humanas e sociais, bem como registrar algumas das condições – culturais, editoriais, políticas – e personagens individuais que exerceram influência nesse processo acadêmico. Sustenta-se ainda, à luz dessas memórias, que a avaliação, apropriação e articulação de contribuições oriundas da Europa e dos Estados Unidos levou finalmente à constituição de uma psicologia social brasileira que é caracteristicamente plural, crítica e avessa a fronteiras disciplinares rígidas.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Social; Psicologia Social no Brasil; memória social; memória histórica; memória pessoal.

ON SOCIAL PSYCHOLOGY IN BRAZIL,
AMONG HISTORICAL AND PERSONAL MEMORIES

ABSTRACT: This article involves a recollection of several facts and texts, as well as of lived experiences, that have fed the functioning of historical memories and the construction of personal memories along the forty years of the author's academic trajectory as a student and as a professor of Social Psychology in Rio de Janeiro. Through the reports of such memories, it seeks to characterize different phases and orientations in the development of Social Psychology in Brazil, specially in its relationships with Psychology and with human and social sciences, as well as to register some of the conditions – cultural, editorial, political – and individual characters that exerted influence in that academic process. Under the light of those memories, it still sustains that the evaluation, appropriation and articulation of contributions originating from Europe and from the United States led finally to the constitution of a Brazilian Social Psychology that is characteristically plural, critical and opposite to rigid disciplinary borders.

KEYWORDS: Social Psychology; Social Psychology in Brazil; social memory; historical memory; personal memory.

Este texto resultou da minha participação em uma mesa redonda sobre "a psicologia social nos dois lados do Atlântico", na *8th International Conference on Social Representations*, em Roma, em 2006. Quando recebi o convite para essa mesa, pensei em falar sobre a psicologia social na América Latina, mas me dei conta de que não seria capaz de retratar a sua história e a sua atualidade com a fidedignidade e a extensão que essa empresa exigia e preferi me concentrar sobre o Brasil. Não obstante, já depois de ter enviado aos organizadores do congresso um título e um resumo nesse sentido, percebi que também essa focalização seria bastante incompleta e não inteiramente objetiva. Eu sabia, por certo, que, tanto para o caso da América Latina quanto para o do Brasil, dispunha-se já de uma bibliografia bastante diversificada, mas, devo confessar, faltava-me tempo e disposição para buscá-la e estudá-la como deveria.

Por essa razão, ao preparar a minha intervenção propriamente dita, apressei-me a lhe dar um subtítulo que me permitisse situá-la como alguma coisa entre relatos de memória histórica[1] e depoimentos de memória pessoal,[2] e não como a apresentação da história mesmo da psicologia social no Brasil e de uma efetiva avaliação do seu estado atual. Ao acreditar que uma tal amostra de experiências vividas por um psicólogo social – e de informações por ele coletadas em diferentes ocasiões da vida – na porção mais ao sul do lado de cá do Atlântico – mais especificamente, no Rio de Janeiro – pudesse ter interesse para aquela mesa, eu estava me valendo de uma liberdade que a academia às vezes concede aos professores idosos e já próximos à aposentadoria compulsória, qual seja, a de, pelo menos de vez em quando, serem menos impessoalmente científicos e mais pessoalmente referidos ou memorialísticos em suas intervenções, atuando quase como "contadores de causos" acadêmicos. É desta liberdade que também se reveste o presente texto adaptado e ampliado daquela intervenção. Vamos, pois, a tal exercício de recuperação de memórias históricas e pessoais – no sentido em que esses termos são definidos em textos mais teórico-conceituais (Sá, 2005, no prelo-a) – sobre a psicologia social no Brasil.

A memória histórica da psicologia social no Brasil foi realimentada – ou atualizada – junto aos psicólogos sociais

brasileiros em 2003, através da reedição do livro “*Introdução à Psicologia Social*”, de Arthur Ramos, em homenagem ao centenário do nascimento desse autor. Se essa iniciativa não foi suficiente – como talvez o Conselho Federal de Psicologia e seus editores associados almejassem – para erigir o livro, legitimamente, em um “lugar de memória”, nos termos de P. Nora (1997), pelo menos nós fomos levados, através dele, a nos lembrar de que um dos marcos iniciais da história brasileira da nossa disciplina remonta a 1935 – com a criação de um curso formal na então Universidade do Distrito Federal, tendo como responsável o médico e antropólogo Arthur Ramos – e a 1936, quando esse professor publicou um livro com o título de *Psicologia Social*. A rigor, esta inauguração dos estudos psicossociais no Rio de Janeiro foi posterior àquela representada em São Paulo pelos cursos universitários ministrados por Raul Bricquet e pela publicação por este autor, um ano antes de Ramos, de um livro que também contemplava a psicologia social no seu título. Não obstante, o centenário de Arthur Ramos nos levou ainda a relembrar que, nessa primeira fase, a psicologia social estava inserida nos estudos de direito, de economia, de educação e de medicina e se beneficiava igualmente de contribuições biológicas, psicanalíticas, comportamentais, sociológicas e antropológicas.

No livro de Arthur Ramos encontra-se uma profusa alusão à obra de autores que, no início do século XX – três décadas antes do surgimento do livro brasileiro –, começaram a escrever sob a designação explícita de “psicologia social”, como William McDougall e Edward Ross, ou sob o rótulo de “psicologia dos povos”, como Wilhelm Wundt, mas também daqueles que, há apenas uma década antes, estavam desdobrando a discussão do que seria ou deveria ser a psicologia social, como Floyd Allport, Emery Bogardus e Charles Ellwood e, finalmente, dos que, na década mesmo de 1930 – alguns nos mesmos anos de 1935 e 1936, em que o livro estava sendo escrito –, moldavam o seu próprio entendimento da psicologia social, como Kimball Young, Charles Blondel, Kurt Lewin e Carl Murchison. O grau de atualização e rapidez de preparação do livro de Arthur Ramos, que procurei caracterizar no extenso período acima, é impressionante, se considerarmos que àquela época não havia computador, fax ou *Internet*.

Da obra do último autor citado, Murchison, o primeiro “*Handbook of Social Psychology*”, publicado em 1935, diz Ramos, em notável consonância com a análise que seria feita sessenta anos mais tarde por Robert Farr (1996): “é um magnífico repositório de trabalhos, que abraçam todos os campos de estudo da psicologia social, desde a biologia dos animais gregários à psicologia étnica e à antropologia social” (Ramos, 2003, p. 34). Considerando que o livro de Arthur Ramos é um dos principais marcos dessa primeira fase da psicologia social no Brasil e que, além disso, ele guarda uma configuração bastante próxima à do *Handbook* de Murchison, acredito que se possa dizer que havia então no país uma igual receptividade ao pensamento psicossocial emergente de um lado e do outro do Atlântico.

Em um exercício de articulação entre a memória da história da psicologia social no Brasil e a memória da minha própria história pessoal de engajamento acadêmico com essa disciplina, creio poder acrescentar que uma segunda fase foi instaurada com a criação dos primeiros cursos regulares de formação em psicologia, pelo menos no que se refere ao Rio de Janeiro, em fins dos anos 50 e no início dos anos 60. Foi na segunda parte dessa última década que eu comecei a estudar psicologia social, como aluno de graduação, ou seja, numa ocasião em que o livro de Arthur Ramos não mais chegava a nós, estudantes, e na qual – com exceção de uns poucos títulos, como Klineberg (1959) – um *boom* de traduções de obras em psicologia social ainda não havia se deflagrado. Não me é possível reconstruir exatamente o que acontecia então, mas lembro-me nitidamente de ter sido em função de cursar a disciplina que eu li o “*Totem e tabu*” de Freud, os trabalhos no campo da “cultura e personalidade”, como os de Mead, Benedict e Kardiner, contribuições de ambos os lados da discussão “*nature vs nurture*”, incursões no domínio da “psicologia coletiva”, como Blondel (1966), e os ensaios sobre o “caráter nacional brasileiro” confrontados por Moreira Leite (1969). Eram leituras como estas, em que se valorizavam as contribuições das ciências humanas e sociais, que o meu professor de psicologia social na graduação – e, depois, meu orientador de mestrado e de doutorado –, Eliezer Schneider, trazia para as suas aulas, além de um consistente respeito pelo estudo dos processos psicológicos básicos, com os quais se familiarizara mais extensamente nos Estados Unidos durante a sua formação pós-graduada.

Nesse sentido, alongando um pouco estas memórias pessoais, lembro-me de que já referi, em um depoimento sobre o meu orientador (Sá, 2001b), tê-lo ouvido contar que o seu próprio orientador nos Estados Unidos, Robert Sears, lhe havia dito que, durante uma certa época, Clark Hull, o mais importante behaviorista de então, dava suas aulas com obras de Freud sobre a mesa e incentivava seus discípulos a que buscassem testar experimentalmente algumas hipóteses psicanalíticas, tendo a partir desta exortação surgido textos clássicos da psicologia social, como “*Frustration and aggression*”, da autoria de Dollard, Doob, Miller, Mowrer e Sears, em 1939, e “*Social learning and imitation*”, de Miller e Dollard, em 1941. Essa forma de conceber a psicologia social como algo que se situava – e aí produzia novos conhecimentos – entre a psicologia propriamente dita e outras perspectivas teóricas sobre o ser humano e suas condições de agregação e intercâmbio sociais – fossem elas oriundas da psicanálise, da sociolo-

gia, da antropologia ou da história – me marcou tanto que o meu trabalho de mestrado (Sá, 1979), já ao final da década de 70, foi dedicado a uma articulação – sob o título de "aspectos psicológicos do controle social" – entre uma perspectiva comportamental, o behaviorismo radical de B. F. Skinner, com sua noção de controle do comportamento, e as noções sociológicas sobre o controle social elaboradas por Mannheim (1962) e Becker (1977), dentre outros, incluindo ainda as perspectivas ditas microssociológicas, principalmente o interacionismo simbólico, como presente nas obras de Berger e Luckmann (1974).

Quando eu me tornei professor, no início da década de 70, logo após a formação graduada – menos talvez por mérito próprio e mais pela demanda criada pelo surgimento de novos cursos de psicologia no Rio de Janeiro –, diferentemente da orientação plural ou eclética precedente, as perspectivas características da chamada "psicologia social psicológica" americana estavam se tornando hegemônicas, caracterizando assim uma terceira fase de desenvolvimento da psicologia social no Brasil. O livro do principal autor brasileiro nessa orientação, Aroldo Rodrigues, teve, de 1972 a 2000, dezoito edições, a última das quais (Rodrigues, Assmar & Jablonski, 2000) com a colaboração de dois competentes colegas da minha própria geração, embora algo mais jovens. Ao lado disso, testemunhava-se uma proliferação de traduções de manuais americanos, como o de D. Krech, R. Crutchfield e E. Ballachey (1969), mas também de obras mais originais, como as de Solomon Asch (1971) e de Fritz Heider (1970), além de textos de metodologia, como o de Leon Festinger e Daniel Katz (1974), e livros de caráter monográfico, como o de Daryl Bem (1973), para citar alguns representantes desse *boom* editorial. Não obstante, a produção do lado de lá do Atlântico não chegara a ser totalmente eclipsada e encontravam-se também nas livrarias, em português, obras de autores europeus, como Jean Stoetzel (1976), Jean Maisonneuve (1977) e Serge Moscovici (1975, 1978).

No meu entender, esta fase de ampliação do movimento editorial brasileiro foi responsável por uma competência crescente dos nossos professores no domínio da psicologia social e particularmente no seu afã de ensinar às novas gerações, embora, dentre as duas influências intelectuais "colonizadoras" nesse domínio, tal movimento privilegiasse aquelas produzidas na parte norte do lado de cá do Atlântico. Esse predomínio norte-americano, entretanto, não significou que a psicologia social no Brasil tenha se moldado inteiramente a partir dele, pois – pelo menos, eu gosto de pensar assim – os intelectuais nativos de países colonizados não se tornam automaticamente caudatários do "colonizador" que tenha chegado primeiro, do que se tenha feito mais intensamente presente ou daquele que se apresente como "libertador" das influências anteriores. Nós, "nativos", pela memória simbólica que guardamos da colonização primordial, ao mesmo tempo em que nos beneficiamos dos aportes acadêmicos de todos, também desconfiamos deles e só nos convencemos do que podemos testemunhar. Nesse sentido, a "crise da psicologia social" dos anos 70, nos Estados Unidos, produziu também repercussões transformadoras no Brasil porque os psicólogos sociais nativos tinham podido perceber, por eles mesmos, alguns sintomas da crise, como, por exemplo, a súbita perda de prestígio de perspectivas, como a teoria da dissonância cognitiva de Leon Festinger, que haviam chegado ao auge de uma ascensão vertiginosa ao final da década anterior. Mas, mesmo antes desse testemunho, professores como Eliezer Schneider, no Rio de Janeiro, sensível às determinações culturais e históricas da conduta humana, e Silvia Lane, em São Paulo, que ensinava a valorizar as condições políticas e ideológicas da interação social, colocavam já em questão a hegemonia do paradigma individualista e experimental americano.

Como reminiscências de memória são assim, vão e voltam, permito-me regressar aos bancos escolares da graduação e rememorar lembranças que registrei em outra parte (Sá, 2001b) acerca da influência proporcionada pelo primeiro daqueles professores. Tais lembranças implicam a avaliação de que a época em que eu e meus colegas começamos a estudar psicologia talvez tenha favorecido a nossa iniciação a um renovar da psicologia social na ocasião mesma em que ainda a estávamos aprendendo. Acredito que nós experimentávamos então, conquanto um tanto inconscientes disso e por força do clima impresso por Schneider às suas aulas, as mesmas inquietações intelectuais que os então renovadores da psicologia social – fossem eles deflagradores da "crise", como Gergen, nos Estados Unidos, ou produtores de alternativas, como Moscovici, na França – as estavam experimentando e elaborando, pois naquela época as suas vozes ainda estavam prestes a se fazer ouvir no Brasil.

Como ensinado por Maurice Halbwachs (1950/2004) – sociólogo francês, que, apesar de "socializado" entre nós através do manual de J. Stoetzel (1976), parece ter passado despercebido na fase da hegemonia americana na psicologia social –, há uma interação entre a memória histórica de um país e as memórias pessoais dos seus cidadãos que é das mais complexas. Nesse sentido, parece importante lembrar o clima sócio-político-cultural sob o qual viviam professores e estudantes, mormente nas áreas sociais e humanas, na época que tenho vindo relatando. Ao mesmo tempo em que nos chegavam do "maio de 68", do lado de lá do Atlântico, palavras de ordem como "é proibido proibir", aqui no Brasil tudo passava a ser proibido, a começar pelo exercício pleno da cidadania. É sabido, entretanto, que períodos de exceção e repressão políticas costumam ter como efeito a produção de reações nos meios acadêmicos, que se traduzem por direcionamentos críticos da própria produção científica e por re-

sistências institucionais que, carentes de qualquer outro poder, se fazem apenas com as idéias. As últimas linhas do período anterior foram uma preparação para lembrar um ícone dessa resistência, Carolina Bori, que emergiu do domínio acadêmico da psicologia e liderou a corajosa reação à ditadura militar por parte da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Como já alertei anteriormente, reminiscências de memória são assim mesmo, transitam de um nível para outro – do geral para o particular e vice-versa –, dificultando talvez o acompanhamento dos fatos relatados. Mas, desencadeada pelo parágrafo anterior, não posso deixar de retornar a uma memória pessoal que me é particularmente cara, a defesa da minha tese de doutorado, na Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, em 1985. Estiveram aí juntas Carolina Bori e Silvia Lane, para examinar o que eu chamei de “o behaviorismo radical de B.F. Skinner e sua aplicabilidade socialmente relevante”, um extenso texto em que, além de uma profunda incursão na obra desse autor, bem como na de seus críticos e defensores, eu incluía a produção de uma “cartilha de contracontrole social” e avaliava a sua receptividade por parte de lideranças de esquerda em partidos políticos, sindicatos, associações de moradores, etc. Silvia, para grata surpresa minha, começou sua argüição, com a finalidade de valorizar os meus propósitos, lembrando as primeiras linhas de um trabalho seu (Lane, 1984), onde dizia que “Skinner inicia o seu *Verbal behavior* com a seguinte frase: os homens agem sobre o mundo e o transformam, e são, por sua vez, transformados pelas conseqüências de suas ações” (p. 32). Carolina, por seu turno, que, como a “grande dama” da análise experimental do comportamento, eu esperava que fosse a minha mais explícita defensora, acabou por se mostrar a mais rigorosa examinadora, a ponto de um dos meus filhos adolescentes, Claudio, ter comentado que ela tinha querido “me arrasar”. Vinte anos mais tarde, entretanto, tendo já ele próprio passado pelos rituais do doutoramento e sabedor das minhas ótimas relações subseqüentes com a Carolina, sua avaliação mudara inteiramente. E foi mais ou menos a essa mesma época que os três caros personagens deste depoimento – Claudio, Carolina e Silvia – se tornaram, acompanhando Schneider, alguns dos mais pranteados mortos da minha memória.

Voltando à imbricação entre as memórias históricas nacional e acadêmica, parece-me que os “anos de chumbo” – por mais que os seus promotores quisessem justamente o contrário – acabaram por ensejar uma efervescência de idéias e de novas preocupações no domínio das ciências humanas e sociais. Se isso não se manifestou de forma tão espetacular no domínio específico da psicologia social, minhas lembranças pessoais como estudante de graduação mostram, pelo menos, que algumas das sementes do principal questionamento contemporâneo da disciplina começaram a germinar àquela época. É esse testemunho que procuro trazer agora com a transcrição de um trecho das minhas rememorações anteriores, já referidas (Sá, 2001b):

> *De fato, no microcosmo do Rio de Janeiro, Schneider simplesmente reunia em suas aulas tudo e qualquer coisa que pudesse importar para uma compreensão, por parte de alunos muito jovens e inexperientes, de como são complexas as relações entre os fenômenos propriamente psicológicos e os de ordem social, histórica e cultural. Ou seja, exatamente o que preocupa e o de que se ocupa uma boa parte da psicologia social hoje em dia, trinta anos depois, para se definir como uma disciplina efetivamente participante e influente no domínio maior das ciências humanas e sociais* (p. 41-42).

Aproveito a “deixa” dessa última transcrição, para introduzir – e manter pelo restante deste texto – a discussão contemporânea acerca dos destinos que os psicólogos sociais almejam para a sua disciplina. Em sala de aula eu costumo opor as perspectivas da “psicologia social como um ramo da psicologia”, sustentada basicamente pela tradição americana, da “psicologia social como um domínio interdisciplinar, envolvendo a psicologia e a sociologia”, como proposta, por exemplo, por Maisonneuve (1977), sob o rótulo de “psicossociologia” – que seria psicologia e sociologia ao mesmo tempo – e da “psicologia social como uma disciplina autônoma no concerto das ciências humanas e sociais”, como quer Moscovici. Aqui, entretanto, eu vou mais uma vez “contar causos”, relativos à minha própria trajetória na psicologia social e como uma ilustração do quanto as escolhas que se faz podem não se enquadrar exatamente nas categorias com que alguns insistem em mapear as atividades e as produções acadêmicas. Por exemplo, embora eu tenha estudado e ensinado muito a psicologia social americana, os meus trabalhos de mestrado e de doutorado não se enquadraram nessa tradição, porque, apesar de se dizer comumente que aquela psicologia social era ou é behaviorista, isto é apenas uma meia-verdade. A rigor, ela sempre se pautou, como quase todo o cognitivismo moderno, por um behaviorismo metodológico, do tipo mediacional, e não por um behaviorismo radical. Por outro lado, eu também não era exatamente um analista experimental do comportamento, pois nunca tinha feito experimentos com ratos ou pombos numa “caixa de Skinner”, prática que era de fato escassa no Rio de Janeiro. Depois – e isso acontece, quando alguém não se mantém restrito a uma só “verdade” –, eu descobri as representações sociais e comecei a explorá-las, principalmente porque se tratava de uma perspectiva sócio-cognitiva, mas não cognitivista, muito próxima, a meu ver, da explicação skinneriana para a formação social do pensamento.

Quebrando um parágrafo que já vinha longo, aproveito para noticiar duas diferentes reações à aproximação entre o behaviorismo radical e a teoria das representações

sociais que propus pela primeira vez como "uma liberdade que pode se permitir alguém que, por circunstâncias de 'colonização cultural' diversificada, foi levado a se expor à influência de diferentes tradições acadêmicas" (Sá, 1994, p. 40). Uma dessas reações foi de Serge Moscovici, que recusou incisivamente tal articulação na versão que apresentei num simpósio sobre a epistemologia das representações sociais em 1998, em Natal. Mas eu atribuo isso ao fato de que ele não conhecia bem as coisas que eu estava falando sobre o behaviorismo skinneriano, pois creio que nunca o havia estudado com maior interesse. A segunda reação, nitidamente oposta, foi de um colega mais jovem que, tendo apreciado a minha primeira produção numa "psicologia social skinneriana" (Sá, 1979), censurou-me por tê-la abandonado quando eu me voltei para o estudo das representações sociais. No meu modo de entender, entretanto, eu não tinha abandonado uma primeira vocação ou me convertido a uma segunda, mas estava sim articulando as duas perspectivas, em proveito de um melhor tratamento de certos fenômenos psicossociais. E é isto o que continuo a fazer ainda hoje, por exemplo, ao procurar associar à tradição sociológica da memória coletiva abordagens cognitivas de cunho naturalista, com vistas à constituição de uma "psicologia social da memória" (Sá, no prelo-b).

Em termos mais específicos, no que se refere à articulação entre o behaviorismo e a teoria das representações sociais, eu havia investido fortemente sobre as possibilidades explicativas do "comportamento verbal", a ponto de não apenas ter me dedicado a refutar extensamente as críticas a ele opostas por Chomsky (Sá, 1982), mas também privilegiado, na minha "cartilha", o seu papel na produção do contracontrole social. Não obstante, embora convencido da propriedade das proposições de Skinner – apreciadas também por Silvia Lane, como já relatado –, sentia que elas não contemplavam as sutilezas da comunicação social nos mais variados cenários da vida cotidiana. Dizendo de outro modo, elas davam conta de uma explicação psicológica de base, mas era necessário acrescentar-lhe um alcance mais fino até à complexidade dos fenômenos psicossociais concretos. E, se era preciso haver uma compatibilidade potencial com a abordagem que deveria prover isso, eu julgava tê-la encontrado na proposição quanto à gênese social dos processos cognitivos humanos, que o behaviorismo radical sustentava em comum com a teoria das representações sociais. Uma outra característica que me parecia comum era aquela que o filósofo Bento Prado Júnior (1981), recentemente falecido, identificara como um "sintoma de modernidade" de Skinner: a sua falta de rigor no estabelecimento de causas antecedentes e o contentar-se com a constatação indutiva de regularidades. E, como foi de um modo tão lasso quanto este que Moscovici inaugurou o campo das representações sociais, os dois sistemas compartilhavam, no meu entender, uma natureza "*soft*", que me parecia e parece muito apropriada ao estudo de fenômenos nos quais a espontaneidade e o acaso têm uma presença tão importante.

No domínio da memória social, praticamente todos os autores contemporâneos, na esteira das proposições pioneiras de Halbwachs (1925/1994, 1950/2004) e de Bartlett (1932/1995), sustentam que as necessidades e os interesses atuais das pessoas e grupos desempenham um importante papel na reconstrução do passado através da memória. Nesse sentido, eu reconheço que esta minha incursão no passado tem sido regida por preocupações atuais que envolvem as relações entre a psicologia, a psicologia social e as ciências humanas e sociais, mas também o *status* da psicologia social no Brasil em confronto com o que chamei de influências colonizadoras. Para re-introduzir esta segunda preocupação, transcrevo ainda um trecho da rememoração de seis anos atrás, registrado na "orelha" do livro organizado por Jacó-Vilela (Sá, 2001a). Eu dizia antes, como diria agora, que:

> *É verdade que não existe uma psicologia brasileira, no sentido estrito de que no Brasil se tenham gerado abordagens teóricas ou estratégias metodológicas constitutivas de um corpo mais consistente de conhecimento acadêmico. Mas, há – e isso já de longa data – psicólogos brasileiros que têm sido capazes de dar uma feição singular à apropriação e à aplicação das teorias e métodos originados em outros países* (Sá, 2001a).

Nesse sentido, com fins ilustrativos e no domínio específico da psicologia social, parece-me oportuno lembrar que as contribuições européias, mais precisamente aquelas da teoria das representações sociais, chegaram ao Brasil em fins dos anos 70 – com a tradução da primeira parte do livro de Serge Moscovici, "*La psychanalyse, son image et son public*" – e no início dos anos 80 – com as primeiras visitas de Denise Jodelet à América Latina. As memórias pessoais das duas décadas durante as quais essa autora promoveu e acompanhou o desenvolvimento do campo das representações sociais no Brasil foram recentemente publicadas (Jodelet, 2005). E, entre as minhas lembranças mais caras desse período, está o generoso prefácio feito por Denise a um livro meu (Sá, 1998) – que, dentre outras coisas, apresentava as contribuições de colegas brasileiros à pesquisa das representações sociais –, no qual ela manifestou "o sentimento de assistir à formação de uma verdadeira escola brasileira [nesse] domínio..."

De fato, não apenas neste campo específico, mas também em outros domínios da psicologia social, a pesquisa científica brasileira tem se caracterizado por fazer uso – muitas vezes, com ampla liberdade de adaptação – de teorias, métodos e técnicas desenvolvidas em outros países – do lado de lá e ao norte do lado de cá do Atlântico – para investigar uma extensa variedade de grandes e pequenos problemas, aos quais muitas vezes elas não eram

dedicadas na origem. Tais apropriações, mas também expansões e desdobramentos, significam que nós temos uma psicologia social brasileira caracteristicamente plural, crítica e avessa a fronteiras disciplinares rígidas. E esta não é, no meu entender, uma realização acadêmica de menor importância.

Uma das vertentes dessa psicologia social pluralística – aquela que eu reputo ter suas origens em influências como a exercida por Eliezer Schneider (1978) – se mantém aberta às contribuições de outras disciplinas do campo humano e social, mas não deixa de prover a articulação destas com formulações psicológicas de base. Algo que me ocorre como prototípico dessa orientação é a proposta bastante original de constituição de uma teoria "histórico—bio-psico—sócio-cultural do comportamento humano" – onde o "histórico-sócio-cultural" responde pelos "porquês" e o "bio-psico" pelos "comos" – formulada pelo mexicano R. Díaz-Guerrero (1972). E, como as lembranças são mesmo assim – vão e voltam, etc., etc., –, o relato dessa memória histórica evoca agora em mim a memória pessoal de ter tido meus "minutos de glória", no que se refere à minha própria ambição interdisciplinar, há quatro anos, quando, no decorrer de uma mesma semana, participei das comissões examinadoras de dois concursos para professor titular na minha universidade: o primeiro, no domínio da biologia, com uma tese sobre a psicofisiologia da memória; o segundo, no domínio da história, com uma tese sobre as representações de Napoleão em Portugal, no início do século XIX, na iminência de sua invasão pelas tropas francesas.

Finalmente, neste ponto, em que as lembranças acabaram por me trazer quase aos tempos atuais, dou por terminados os presentes esforços de recuperação de memórias históricas e pessoais – que acabaram por ir muito além do que relatei originalmente no congresso do lado de lá do Atlântico –, esperando que, apesar de reconhecidamente parciais e incompletas, elas sirvam para encorajar, pelo menos junto aos pesquisadores mais jovens, a busca de objetos de estudo pertinentes e a produção criativa de novas hipóteses de trabalho, as quais, em um futuro não muito remoto, venham a alimentar as suas próprias – e verão, asseguro-lhes, muito gratas – memórias.

Notas

1 Memórias históricas, na modalidade documental aqui privilegiada, são memórias comuns ou coletivas, isto é, presentes em um conjunto de pessoas ou construídas por um grupo social, a partir de algum registro do passado histórico – como um local, uma instituição, um monumento, uma obra de arte, um livro, etc – que é recorrentemente visitado, apreciado, lido ou simplesmente referido.

2 Memórias pessoais dizem respeito especificamente às experiências passadas da pessoa que lembra, mas a sua construção e o seu conteúdo envolvem também via de regra outras pessoas, grupos e instituições, bem como circunstâncias sociais, cenários culturais e fatos históricos.

Referências

Asch, S. (1971). *Psicologia social*. São Paulo, SP: Cia. Ed. Nacional.

Bartlett, F. C. (1995). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. Cambridge, MA: Cambridge University Press. (Original publicado em 1932)

Becker, H. S. (1977). *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

Bem, D. J. (1973). *Convicções, atitudes e assuntos humanos*. São Paulo, SP: EPU.

Berger, P. L., & Luckmann, T. (1974). *A construção social da realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Blondel, C. (1966). *Introducción a la psicología colectiva*. Buenos Aires, Argentina: Troquel.

Díaz-Guerrero, R. (1972). *Hacia una teoría histórico—bio-psico—socio-cultural del comportamiento humano*. Ciudad de México, México: Trillas.

Farr, R. M. (1996). *The roots of modern social psychology*. Oxford, UK: Blackwell.

Festinger, L., & Katz, D. (1974). *A pesquisa na Psicologia Social*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Halbwachs, M. (1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel. (Original publicado em 1925)

Halbwachs, M. (2004). *A memória coletiva*. São Paulo, SP: Centauro. (Original publicado em 1950)

Heider, F. (1970). *Psicologia das relações interpessoais*. São Paulo, SP: Pioneira.

Jodelet, D. (2005). Vinte anos da teoria das representações sociais no Brasil. In D. C. Oliveira & P. H. F. Campos (Eds.), *Representações sociais, uma teoria sem fronteiras* (pp. 11-21). Rio de Janeiro, RJ: Museu da República.

Klineberg, O. (1959). *Psicologia Social*. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura.

Krech, D., Crutchfield, R., & Ballachey, E. (1969). *O indivíduo na sociedade*. São Paulo, SP: Pioneira.

Lane, S. T. M. (1984). Linguagem, pensamento e representações sociais. In S. T. M. Lane & W. Codo (Eds.), *Psicologia social: O homem em movimento* (pp. 32-39). São Paulo, SP: Brasiliense.

Maisonneuve, J. (1977). *Introdução à psicossociologia*. São Paulo, SP: Cia. Ed. Nacional.

Mannheim, K. (1962). *O homem e a sociedade*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

Moreira Leite, D. (1969). *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo, SP: Pioneira.

Moscovici, S. (1975). *Sociedade contra natureza*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

Nora, P. (1997). Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In P. Nora (Ed.), *Les lieux de mémoire* (pp. 23-43). Paris: Gallimard.

Prado, B., Jr. (1981). Algumas considerações sobre o behaviorismo. *Cadernos de Análise do Comportamento*, *1*, 24-34.

Ramos, A. (2003). *Introdução à Psicologia Social*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (2000). *Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Sá, C. P. (1979). *Psicologia do controle social*. Rio de Janeiro, RJ: Achiamé.

Sá, C. P. (1982). Sobre o comportamento verbal de Chomsky em sua resenha de “O comportamento verbal”, de Skinner. *Forum Educacional*, *6*(1), 22-51.

Sá, C. P. (1994). Sur les relations entre représentations sociales, pratiques socio-culturelles et comportement. *Papers on Social Representations*, *3*(1), 40-46.

Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Sá, C. P. (2001a). Apresentação [Orelha]. In A. M. Jacó-Vilela (Ed.), *Eliezer Schneider*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.

Sá, C. P. (2001b). Eliezer Schneider e a Psicologia Social no Brasil: Um depoimento afetivo e acadêmico. In A. M. Jacó-Vilela (Ed.), *Eliezer Schneider* (pp. 39-47). Rio de Janeiro, RJ: Imago.

Sá, C. P. (2005). As memórias da memória social. In C. P. Sá (Ed.), *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 63-86). Rio de Janeiro, RJ: Museu da República.

Sá, C. P. (no prelo-a). Sobre o campo de estudo da memória social: Uma perspectiva psicossocial. *Psicologia: Reflexão & Crítica.*

Sá, C. P. (no prelo-b). Les défis d’une psychologie sociale de la mémoire. *Maison des Sciences de l’Homme.*

Schneider, E. (1978). *Psicologia social: Cultural, histórica, política*. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Dois.

Stoetzel, J. (1976). *Psicologia social*. São Paulo, SP: Cia. Ed. Nacional.

Celso Pereira de Sá é Doutor em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas (1985) e Professor Titular de Psicologia Social na UERJ (desde 1995), atuando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Endereço para correspondência: Rua General Ribeiro da Costa, 178 – Bl.1 / 1201, 22010-050 – Rio de Janeiro, RJ. Tel / Fax: (21) 2542-9385.

sa.celso@gmail.com

Sobre a Psicologia Social no Brasil, entre memórias históricas e pessoais

Celso Pereira de Sá

Recebido: 11/02/07

1ª revisão: 25/05/07

Aceite final: 25/05/07